

VI

Metodologia da Negritude e das Culturas Negro-Africanas no Brasil*

Wilson do Nascimento Barbosa

O Método

“... quanto menos inteligente é o branco, mais besta lhe parece o negro.”

André Gide (1859-1961)
(Nobel de Literatura, 1947)

O método começa sempre pela definição da lógica como disciplina filosófica capaz de formular os procedimentos da investigação científica e, portanto, capaz de analisar a manifestação dos processos de pensamento que levam a entender a vida de relação das coisas que existem. (No nível imaginativo, os mesmos processos logram uma explicação para coisas que inexistem). Analisar os processos do pensamento pode permitir descobrir (porque tudo está dado...) formas dos elementos de pensamento, as funções que assumem e se atribuem, os métodos que se pode erigir e empregar na pesquisa ou investigação, capturando regularidades do conhecimento teórico e experimental.

A lógica é um elemento do pensar construída historicamente pela prática social de diferentes povos em seu processo de humanização e de tempo em tempo, felizmente, tem parte de suas formas inerentes à condição humana, descobertas pela reflexão filosófica deste e daquele filósofo (por exemplo, Zoroastro, Aristóteles, Epicuro, Platão, Parmênides, Nicolau de Cusa, Wolfe, Rousseau, Fichte, Hegel e outros). Portanto, enquanto processo real de depuração do pensamento, a lógica expressa um ponto de vista histórico e sistemático, que permite indicar às outras ciências, que encontrem seu fundamento e seu lugar na construção do conhecimento científico e estabeleçam o seu campo de estudo, quanto aos procedimentos de seu específico interrogar.

Expressa, portanto, a lógica um nível de exame crítico que esclarece os fundamentos do conhecimento científico, que se desenvolve diferenciadamente pelas distintas disciplinas que leva a criar; indo todas buscar compreender o

*DOI – 10.29388/978-65-86678-09-3-0-f.105-128

desenvolvimento, a estrutura e as regras com que se manifesta a natureza, a sociedade e o pensamento. Pela lógica se pode perceber elementos constitutivos desses diferentes processos e reconstituir racionalmente suas articulações em sistema de ciência, descobrindo as principais categorias do processo de pensamento que permitem compreender, expressar as regularidades, descobrir o sentido dos movimentos; como investigá-los, como demonstrá-los e como expô-los, enquanto compreensível a outrem. Daí que se ouse formular processos gerais do pensamento e como tal se situa no mundo, como objetividade manifesta de determinados processos.

Assim, a pesquisa sobre a lógica elaborada por diferentes filósofos no curso de história, excluídas as inevitáveis perdas (sem acumulação de conhecimento para outros), expressou a construção de distintos métodos científicos, pela construção sistemática de uma teoria, que avançou por processos evolutivos e por saltos, até concepções novas e distintas, permitindo chegar a novas descobertas. A lógica dedutiva de Zoroastro transformou-se na lógica dedutiva de Platão e na geometria de Euclides. Tal expressa um patamar cognitivo para que se lograsse avanços posteriores. Quando se olha dois mil anos à frente, a lógica indutiva de Bacon tem sua consagração (e correção...) na Mecânica de Galileu, logo coroada pelas obras de Newton e Leibnitz (Leibniz). O desenvolvimento da imprensa no Ocidente (1450-1550), permitiu a multiplicação quantitativa do trabalho intelectual, que serviu de ambiente fecundante àquele salto extraordinário. Propiciadas por este novo patamar do pensamento as profundas transformações do século XVIII (18), ressurgiu mais avançada a lógica dialética, com Rousseau, Kant, Fichte, Schelling, Hegel e muitos outros, que propiciaram a revolução não só no entendimento cosmológico, como – através de Marx e Engels – no próprio núcleo da Economia Política. Não foi à toa que um pensador como Albert Einstein, foi a seu tempo, comunista.

Assim como o Organon de Aristóteles pode conduzir aos Elementos de Geometria de Euclides, o novo patamar a expressar-se na compreensão da dialética criou e perspectivou a estrutura futura do mundo, oferecendo um novo caminho desembaraçado para o avanço da tecnologia e da ciência. Assim como foi ali sistematizada a etapa dedutiva do método (Aristóteles, Euclides) aqui foi estabelecida a relação necessária entre dedução e indução. A estrutura sistemática das relações descritas tende a se tornar independente do nível científico particular em que se produziu e pôs-se, independente disto, como uma proposição universal. Assim como se deu com os fundamentos lógicos do desenvolvimento científico, veio a dar-se com os fundamentos científicos do desenvolvimento lógico. O pensamento tem que referir-se sempre à conjuntura his-

tórica em que se desenvolve e expressa a profundidade dos problemas que se propõe resolver.

A lógica, ao descrever as possibilidades de articulação dos meandros que transformam a realidade objetiva, traz consigo a oportunidade de explicar as conexões que a compõem. Ao estudar e indicar as possibilidades de transformação, oferece a oportunidade de se perceber a unidade e a totalidade dos fenômenos, num movimento que é universal. É para se perceber que a lógica imana dos processos naturais e sociais e é o instrumento, conhecível, para a humanização prática do homem enquanto ser no mundo.

O método dialético se destaca pela reconstituição completa do concreto nas mudanças que lhes são próprias. Expressa ao nível do conhecimento uma integração como síntese de seu conteúdo dinâmico. O exame das formas de desenvolvimento daquilo que é objetivado permite determinar as relações e particularidades (do desenvolvimento) desse conteúdo concreto. Nada é tomado por definitivo.

“O concreto é concreto porque é uma conjugação de muitas determinações, isto é, uma unidade de múltiplos elementos. No pensamento aparece como um processo de síntese, como um resultado, e não como um ponto de partida. Ainda quando, efetivamente, seja o verdadeiro ponto de partida e, em consequência, sirva também de ponto de partida à observação e à conceituação.”¹

A totalidade concreta refere-se à elaboração conceitual do conteúdo apreendido. Trata-se da representação racional da percepção objetiva. É, como disse Marx, “o produto pensante que compreende o mundo da única maneira que lhe é possível.”

Assim, o método dialético corresponde a (1) a análise explicativa e concreta dos processos e (2) ao movimento de descoberta de como tais existem em sua integridade, ou seja, o caminho que permite que se os conheça. Descobre pelo processo do pensamento as engrenagens que estão nas coisas e que a este correspondem. Um número restrito de observações e conclusões pode permitir caracterizar dado processo pelos supostos que ele – o número restrito – oferece. Esta reconstrução do processo como expressão incompleta de tais supostos é o que se chame hipótese. As hipóteses são formadas como resultado de experiências anteriores e buscam obter confirmações por meio de experimentações ou desenvolvimento teórico. Os novos conhecimentos obtidos relacionam-se com as hipóteses, com dada

¹ Karl Marx – Introdução à Crítica da Economia Política. Chicago, Charles H. Kerr & Co, 1904, pág. 293 (em inglês, no livro traduzido do alemão).

reciprocidade. Este tecido de relações condiciona as consequências prováveis de cada hipótese, permitindo torná-la mais precisa através da incorporação de relações novas. Um novo fato, ou uma nova conclusão, alimenta a consequência da hipótese, ou a debilita. No primeiro caso (alimentação), a hipótese se torna mais precisa; no segundo caso (debilitação), precisa-se formular uma nova hipótese que corresponda às informações das novas relações estabelecidas. A luta pelo refinamento crescente das hipóteses leva ao desenvolvimento teórico, pelo estabelecimento de novas teorias.

As hipóteses sustentadas, que se convertem em teorias, podem chegar a explicações universais, que não de manter-se como explicações possíveis e válidas sob certas condições de sua constituição e da conjuntura histórica.

As explicações de Ptolomeu ou Newton não estão “erradas”, pois tudo se mantém dentro das premissas das hipóteses que as constituíram (a principal delas, a centralidade de observação desde a Terra). A relatividade que as hipóteses científicas representam oferecem as conexões – no momento de sua formulação – possíveis entre os fatos conhecidos e sua aferição desde a realidade. Seus fundamentos incorporam a interpretação que se oferece desde a existência objetiva. As verificações possíveis e circunstanciais das hipóteses é que as transforma nesta ou naquela teoria científica, que tem sua validade circunscrita à materialidade do movimento do tempo e da cultura. Pelo efeito da acumulação do conhecimento, novas explicações resultam de novas hipóteses científicas, e a prática social se transforma. Descobrem-se os elementos para demonstrar as insuficiências das hipóteses que foram suplantadas.

Uma vez que tudo que existe, o faz no tempo e, portanto, tende a fazer manifestar-se o seu contrário que nele reside, “*omnis determinatio est negatio*”, como disse Espinoza. Estabelecida a determinação como negativa, tem-se que considerá-la em seu movimento, o que por certo leva à cancelação dessa negação, com uma nova determinação, e daí a nova negação. A primeira negação prepara e torna possível a segunda negação, a negação da negação, que se apropria das positivities já produzidas. A dissolução da negação há de conduzir sempre a uma transformação para um plano mais complexo, e assim sucessivamente. O resultado da negação é uma negação definida e precisa, é “a unidade de si mesmo e de seu contrário” (Hegel), é um momento no movimento de algo novo, uma nova unidade.

O desenvolvimento do princípio dedutivo levou à criação formal de regras da inferência dedutiva. No caso em que se omita a comprovação objetiva de conclusão ou das premissas, a dedução se torna operação puramente formal e sem valor como instrumento de método. Por isso, deve-se observá-la

com rigor. Trata-se de um processo lógico em que se parte de um ou mais juízos que expressam conhecimentos adquiridos ou postulados e deles se deriva outro juízo que expressa conhecimento menos geral. Esse juízo menos geral é, obviamente, particularizado e implicado nos antecedentes. No caso, os juízos que fazem o papel de condições constituem-se as premissas. O resultado, ou juízo deduzido, é a conclusão. O conjunto da operação é, portanto, dedução. Veja-se um exemplo:

- . Todo cidadão cuja língua materna é latina, pertence à cultura latina (premissa maior);
- . Ora, um uruguaio fala espanhol (premissa menor);
- . Logo, o uruguaio pertence à cultura latina (conclusão).

O conhecimento que foi adquirido por experiência é em parte aquilo que foi observado e doutra parte é o que se infere da experiência passada, para que se preveja a experiência futura. Esta “previsão” aqui posta é que constitui a indução. Logo, a inferência indutiva se funda em que se cumpram certas relações que determinam processos já verificados e que se espera se apliquem a novos casos que se podem esperar. É, portanto, a indução a operação lógica que se deve utilizar para generalizar a experiência. A inferência indutiva se baseia na experiência adquirida. Exemplo: se tantos quilos de semente deu tantas x plantas por hectare, então é de esperar que, em condições semelhantes, a mesma quantidade de sementes venha dar algo em torno de x por hectare.

Na inferência dedutiva tem-se três alternativas: (1) certeza; (2) falsidade; (3) impossibilidade de conclusão. Na inferência indutiva tem-se apenas a possibilidade, mas oferece-se um grande número de possibilidades entre certeza e a falsidade. Isto permite estudar o grau de probabilidade de cada caso concreto e formular uma teoria para uma possível (provável) ocorrência. Na verdade, há aqui uma possibilidade de efetuar um número infinito de determinação com uma aproximação crescente (teoria das probabilidades). Em cada inferência indutiva encontra-se a possibilidade de modificá-la e ampliá-la. Vai-se nela do menos geral para o mais geral. Daí – como expôs Engels – que as inferências indutivas se apoiam nas inferências dedutivas e vice-versa. São fases do método científico que convivem em toda e qualquer operação cognitiva. O conhecimento dos processos existentes no universo é dedutível a partir de cada uma das suas manifestações. Tal é indispensável para as inferências indutivas.

Como disse Brunschvig, a obra de Galileu estabeleceu o estudo quantitativo das qualidades. De fato, Galileu deu prioridade à experimentação como forma de isolar as formas elementares dos processos do universo, medi-las e estabelecer consequentes inferências indutivas. Este entendimento do conhecimento como um processo que pode ser reduzido e medido é o nascimento da ciência moderna como fato sistemático. Tratar o conhecimento como um desenvolvimento gradual de exame de manifestações que se contrapõem e podem ser desvendadas por experimentações simplificadas é, na verdade, entender o conhecimento como um processo histórico. Nesta relativização de Galileu, e no prosseguimento de sua obra por Newton e Leibniz, tem-se que Heráclito e Platão ganham nova atualidade pela identidade dos contrários que haviam trabalhado.

O gigantesco procedimento analítico de construção da ciência moderna, ao tentar imitar o comportamento dos elementos constituintes do universo em seu processo, atribui de modo crescente, tarefas e responsabilidades às abordagens pelas distintas disciplinas, que se viram compelidas a produzir diferentes métodos científicos (1750-1950). A razão tem que se desenvolver enquanto sujeito de seu próprio objeto. Sendo a forma fundamental da existência do universo o movimento dialético da matéria-energia, é preciso apreender tal junto com a percepção dos processos do pensamento. O método conduz à formação das teorias científicas enquanto instrumento empregado para descobrir as conexões dos processos universais. Como disse Leibniz:

“... a lei que rege o repouso dos corpos é, por assim dizê-lo, somente um caso particular da lei geral do movimento; a lei da igualdade, caso específico da lei da desigualdade; e a lei do retilíneo, uma subespécie da lei do curvilíneo.”²

Ou seja, o contínuo indissolúvel do conhecimento é apenas uma conexão sistemática, reflexa, do contínuo inseparável do universo. Também os problemas científicos se expressam no pensamento sob a forma de contradições. As diferentes ideias manifestam a exigência mental de vir a encontrar-lhes uma solução e tal se desenvolve por formas contraditórias. Manifesta-se a não solução como uma aporia. Aparentemente não há uma saída para o pensamento, não há como resolver a contradição, tal como posta na mente. Esta dúvida, ou dificuldade para encontrar uma saída racional decorre da impossibilidade obje-

² Gottfried Wilhelm Leibniz – *Initia rerum Mathematicarum Metaphysica*, *Matematische Schriften*, VII, pág. 25.

tiva do pensador para solucionar o problema que a contradição posta expressa. Dá-se que não parece haver uma resposta possível, ou que seja percebida como correta. No entanto, quando muitos problemas se veem resolvidos, deve-se reconhecer que este “beco sem saída” leva a uma tensão máxima e muitas vezes aí se criam os elementos que permitem resolver a aporia. Esta chamada “fase aporética” é conhecida por todos aqueles que se empenham a fundo na resolução de problemas científicos ou filosóficos. Não há outra coisa a recorrer senão à reflexão e à lógica. Isto porque a formulação correta do problema é parte essencial para sua resolução. Em geral, a metodologia aconselhada para uma formulação correta, passa pelos seguintes pontos:

- (1) É necessário estabelecer o problema de um modo explícito (sem omissões e formalmente).
- (2) Não se pode incluir elementos para solução que não derivem logicamente da formulação preestabelecida.
- (3) A formulação do problema deve ser consequente com a necessidade de aprofundamento da área de pesquisa, expressando a história do problema, mas não se opor com os resultados evidentes da pesquisa existente.
- (4) A apresentação dos procedimentos deve ser possível de ser praticada ou xecada, sem incluir “pegadinhas”; desde o ponto de partida aos resultados estimáveis à chegada deve ter-se apenas roteiros e experimentações praticáveis ou possíveis.
- (5) Todas as definições incluídas na formulação – ou que dela decorram – devem permitir que se reconheça os processos (previstos), quando eles ocorram na teoria ou na experiência, nos termos das definições de origem na formulação.
- (6) A formulação deve ser a mais aberta possível, para conter a possibilidade de que as inferências que se pratiquem e que resultem incorretas ao se verificar na experiência (ou no detalhamento teórico) seja então possível modificá-las, inclusive na formulação de partida, conforme os resultados obtidos.
- (7) A formulação não deve negar a priori nenhuma proposição empírica; deve sim permitir a inclusão daquela ou daquelas que seja(m) estabelecida(s) com rigor, dentro da norma do item acima (6).
- (8) Um esforço deve ser feito para avaliar o impacto do resultado obtido na história do problema pesquisado. Caso a formulação se haja revelado incompleta ou imprestável no processo ou no desfecho da investigação, deve o pesquisador modificar a mesma em parte ou no todo, com a estrita aplicação das regras.

Deve-se ter em mente que cada problema estudado desempenha uma função importante para o desenvolvimento de problemas novos e do método científico. Deve-se combater tendências a burocratizar o trabalho científico ou torná-lo instrumento de objetivos exteriores ao avanço da área de pesquisa. Sistema e problema se alimentam reciprocamente. O trabalho científico requer vigilância, dedicação e cumprimento das regras elaboradas. O resultado satisfatório nunca é um elemento que se obtenha facilmente.

As regras para abordagem do pesquisador em geral prestam-se igualmente para o pesquisador de ciências sociais. O investigador deve sempre, ao escolher uma área ou um tema, ter o cuidado de definir quais as disciplinas envolvidas tecnicamente para a abordagem da área em que se vai concentrar enquanto atividade, ou seja, em que vai-se tornar um especialista. O método tem uma parte mais filosófica, e outra parte mais técnica, de certo modo, instrumental. Isto quer dizer que a abordagem se faz com as duas partes do método amalgamadas, juntas, coladas, que não se pode separar. É evidente que para pesquisar o Egito antigo deve-se conhecer e ler na língua dos egípcios antigos; para estudar a Grécia como pesquisador deve-se falar grego; e que para pesquisar História da África deve-se, além de ler inglês ou francês, aprender algum dos 800 idiomas falados ali. Não se pode fazer arqueologia sem métodos do arqueólogo; nem antropologia sem métodos do antropólogo. Logo, não há como ser historiador sem metodologia da história, ou ser filósofo sem metodologia filosófica. Isso tudo, aliás, é até desnecessário que se lembre.

Assim, ao desenvolver os conhecimentos de base para sua metodologia, o investigador se capacita a produzir pesquisas com qualidade e ter uma boa produção de textos. O seu trabalho científico pode se tornar não só interessante como divertido. Mas sempre será necessário vencer esta fase inicial, ou seja, apossar-se das metodologias e ferramentas adequadas. Isso vai facultar ao pesquisador acumular dados, informações, conhecimento, que lhe permitirão compreender em profundidade a área de seu interesse e produzir material em escala que contribua para melhor conhecimento da sociedade. Algumas regras básicas:

- . Só começar a pesquisar algo que realmente lhe interesse.
- . Escolher as fontes de informação de acordo com um plano de trabalho que vise seu crescimento como pesquisador, partindo do mais fácil para o mais difícil; e atacar cada problema, um por vez (pensar sempre dentro das necessidades do cronograma).
- . Planejar o uso da informação obtida (técnica; meios, etc.)

- . Não acumular informação em excesso.
- . Produzir relatórios ou textos parciais que possam ser entendidos e xecados por outros.
- . Produzir cada trabalho como um degrau de uma escada ascendente.

A Negritude

Durante dois mil e seiscentos anos, a maior parte da África constituiu-se uma espécie de depósito, onde todos os tipos de ladrões iam buscar coisas, em particular, seres humanos para escravizá-los. Isso torna muito penoso abordar a história africana, pois entre todo o desejável silêncio necessário para tratar os problemas do chamado Terceiro Mundo, é preciso silenciar mais ainda se o tema é África. A penúltima cena deste quadro horroroso foi, sem dúvida, o colonialismo avançado pelos efeitos da Revolução Industrial, de ocupação territorial direta dos povos e comunidades africanas (1880-1980). Os historiadores europeus continuam a “encontrar” vantagens civilizatórias neste penúltimo espetáculo aberto do mais puro fascismo: o terrorismo colonial. Ninguém gosta de comentar se tem um “serial killer” na família, mas este silêncio não deve se estender às famílias das vítimas.

O colonialismo, e seu herdeiro, o neocolonialismo, são as grandes manchas vivas na face da humanidade, capaz de levar a dúvidas sobre a necessidade de sua existência. A filosofia piegas, contudo, se disfarça de humanismo e não gosta de tratar semelhante tema.

Naquele momento em que algumas nações europeias conveniaram a divisão da África entre elas (1880-1890), começava também a nascer o moderno movimento de emancipação africana. O século de administração direta aberta pelos europeus, baseado apenas em sua indiscutível capacidade de manança, foi também onde os africanos encontraram o sentido para reorganizar suas sociedades, segundo modelos copiados da Europa, e por isso mais eficazes para corresponder à “sociedade de mercado” e as demandas de ocidentalização. A ocupação direta pelos colonialistas introduziu a propriedade privada da terra, e por consequência, de todos os tipos de propriedade, até então concebidos como bens pelo valor de uso. Ao acelerar o caráter mercantil das relações sociais, o colonialismo gerou classes sociais antes inexistentes na África, pela introdução de relações semifeudais em certos territórios e trabalho compulsório em escala suficiente para destruir as comunidades aldeãs. Estas rápidas transformações haveriam de criar entre os novos “agentes da dominação exterior”, quadros rebeldes capazes de imaginar para si mesmos os papéis pro-

tagonicos que se reservavam para si os colonialistas. A drenagem de riquezas para o exterior gerou internamente a “montanha de migalhas” que caracteriza a formação de burguesias locais neocoloniais, que se apossam dos restos da acumulação primitiva, deixados para trás, no processo de saque e pilhagem. Estas burguesias locais, grandes e pequenas, são elas próprias criaturas do imperialismo e do neocolonialismo, sistema que corresponde a seu lugar de existência e de perpetuação. Como referência para suas primeiras batalhas pelo poder político, tais burguesias tiveram que adotar o discurso e a luta dos primeiros lutadores libertários, aqueles criadores do movimento de emancipação. Uma parte considerável destes lutadores eram representantes negros de comunidades e populações negras e eles criaram para si uma ideologia política própria, conhecida como negritude. Esta ideologia política é o resultado da reflexão e da experiência de diferentes comunidades negras nos dois lados do Atlântico, embora haja certa centralidade que pode ser rastreada pelos mais importantes formuladores e difusores da mensagem. O avanço dos meios de comunicação na segunda metade do século XIX, as proporções gigantescas da guerra civil norte-americana, - que a partir de um certo ponto envolveu a libertação civil dos negros no conflito pela posse da terra entre brancos e a agressividade do latifúndio, - a difusão do liberalismo e da luta democrática resultante das revoluções europeias (1789, 1830, 1848, 1871), tudo contribuiu para o despertar da consciência política negra nos dois lados do Atlântico. Esta consciência iria se manifestar como o reconhecimento da necessidade de organização política independente para os negros, tomando em certos lugares, o caráter de uma luta por direitos humanos sob a forma de direitos civis, em outros lugares a forma de demanda pela criação de Estados nacionais autônomos, etc.

Este movimento político da negritude assume dimensão maior na luta da comunidade negra norte-americana, na luta dos imigrantes negros (americanos e africanos) na França e na Grã-Bretanha, na luta nas colônias inglesas na África e dos movimentos reivindicatórios do Golfo da Guiné. A partir do fim da segunda guerra mundial, o conflito se tornou então generalizado. Observa-se que a maioria dos líderes do movimento de negritude passaram por escolas europeias e estadunidenses, em particular por faculdades e universidades. As raízes do despertar para a negritude podem ser encontradas nas igrejas protestantes, missões anglicanas e metodistas, calvinistas escoceses, seitas cristãs na África e igreja dos negros no sul dos Estados Unidos e Caribe. O sentimento de fervor igualitarista que fermentou em tais ambientes, de pronto levou à criação da ideologia política da negritude.

Os missionários negros dos Estados Unidos desempenharam na África um papel-chave na percepção da necessidade de que os africanos criassem instrumentos contemporâneos de luta política. Por exemplo, o bispo Henry McNeal Turner (1834-1915), que formou numerosos pastores zulus nos Estados Unidos, após convertê-los na África, e para lá os reenviou, como parte de seu trabalho de bispo metodista africano. Em 1924, o governo sul-africano proibiria o intercâmbio com as igrejas norte-americanas, por ele consideradas subversivas. O pastor John Chilembwe (1871-1915), que nos EUA passou para a seita negra batista da Filadélfia, voltando a Nyassalandia para pregar o caminho independente dos negros para a salvação, entre outros casos que poderiam ser citados. Este movimento rumo à ação autônoma de igrejas e missões negras na África contribuiu para a criação e difusão de formas da ideologia política, todas elas vizinhas ou convergentes para a negritude.

Em Lagos, Nigéria, o liberiano John Payne Jackson (1848-1915), com seu semanário Lagos Weekly Record, levantou o tema “a África para os africanos”, bandeira central que levava dos temas religiosos (caminho da salvação) para os temas políticos (salvação terrena dos africanos). Analisando-se com cuidado, é difícil separar estes movimentos pré-negritude da negritude propriamente, em virtude de suas transformações claramente em movimentos de ação política.

William Edward Burghardt (W.E.B.) Du Bois (1868-1963), que nos EUA passou por todas as fases de organização política para a comunidade negra (morreu como membro do partido comunista), é o clássico exemplo da construção da negritude. Mestiço de brancos e negros, foi historiador, sociólogo, ativista, organizador político, editor e escritor. Diplomado pela universidade Fisk (1888), formou-se também por Harvard (1890). Enfrentou a política racista de linchamentos, lutou contra o colonialismo e pelos direitos humanos, foi líder do movimento de Niágara e fundador da NAACP (associação nacional para o avanço das pessoas de cor). Socialista e depois comunista, lutou para que cada comunidade negra entendesse a necessidade de educar formalmente seus membros. Autor de 24 livros, Du Bois é personalidade central na criação da luta emancipadora dos dois lados do Atlântico. Du Bois organizou com Blaise Diagne (1872-1934), deputado francês de origem africana, o primeiro congresso pan-africano, que teve lugar em Paris, em 1919. Compareceram delegados da África e das Antilhas. Organizou também o segundo congresso pan-africano (Londres; 1921); e o terceiro, em Lisboa (1923). O quarto congresso deu-se em Nova York (1927). Du Bois, apesar das enormes dificuldades e sabotagens, logrou organizar um quinto congresso em Londres (1945). Ali está na ordem-do-

dia a emancipação da África. Nele participaram Kwame Nkrumah, George Padmore, Jomo Kenyatta e outros destacados lutadores. Nos anos do pós-guerra (1945-1962) os partidários importantes da Negritude chegaram quase a uma centena. Os mais conhecidos, contudo, além dos já citados, foram Sekou Touré, um dos fundadores da negritude literária, René Maran, Léopold Sédar Senghor, Aimé Césaire (os dois da negritude literária), Bispo Dirop, Léon Gontran Damag, Guy Tirolien e, em Portugal, António Agostinho Neto (fundador do MPLA).

O papel de uma obra literária que recupera a imagem do negro e de uma África que são sujeitos históricos é muito importante para dar consistência à negritude como uma ideologia política. Isto porque a África é uma unidade onde a força de ruptura das diversidades, em particular sob o colonialismo direto (1880-1980), tendia a levá-la a espatifar-se. Entender e criar uma imagem mítica de uma África, ainda que talvez apenas uma África negra, era em 1900-1920 uma necessidade essencial para gerar forças de convergência. A gradual mitificação da liberdade alcança uma África que lentamente despertava para a acumulação de capitais e a produção capitalista local (1940-1980). Mesmo visões divergentes, como a de Marcus Garvey (1887-1940), que intentou elaborar um nacionalismo de metáforas, fundado sobre mitos africanos de diferente natureza, encontrou certo espaço e contribuiu, certamente, por certo período (1925-1940), para levantar a tese da reconstrução africana como um país de negros, de autogoverno, na África, no Caribe e alhures, estivessem onde estivessem tais negros. Garvey criou a UNIA (associação universal para o progresso do negro) e teve influência mobilizadora no Caribe e na América Central.

Para o pesquisador brasileiro, a experiência que coloca a negritude é analisar o inserir-se do negro brasileiro como entidade política, seja a partir da influência dos movimentos abolicionistas e pós-abolicionistas locais (1940-1980), seja na luta posterior. Também a formação do novo movimento negro (1978-2002), liderado pelo M.N.U., trouxe suas próprias formas de manifestação da negritude, tanto cultural quanto política.

Tais questões implicam para o investigador brasileiro que tenha clareza quanto ao que vai buscar nos temas e nas fontes da negritude (internacional e local) para construir o seu diálogo. A meditação prévia sobre o tema que escolhe abordar passa necessariamente pela escolha das disciplinas auxiliares que poderá utilizar para a problematização do trabalho. A formação de diversos movimentos e o surgimento de organizações, intelectuais e políticos interessados nas temáticas africanas, afro-americanas, etc., implica crescente responsabilidade para a orientação dos debates que envolvem a consciência dos participantes. Não basta hoje simplesmente escrever sobre os temas, mas põe-se

também aprofundá-los e apresentá-los, portanto, como um elemento da consciência.

O Trabalho do Investigador

O investigador de ciências sociais, ao se debruçar sobre “nossa” tríade hoje em observação (Negritude, história da África, culturas negro-africanas) vê-se obrigado a fazer suas escolhas de método e de posicionamento filosófico antes de escolher o tema que abordará, ou no máximo, tão logo o escolha. Por exemplo, ao estudar uma personalidade da negritude, terá como disciplina auxiliar a Psicologia Social, ou talvez opte pela Psicanálise. Mas não pode ser apenas um “palpiteiro” nesta ou naquela questão. É preciso ter um conhecimento consolidado sobre cada disciplina auxiliar que utilizará, da mesma forma que necessita domínio sobre a disciplina da qual é um trabalhador (História, Antropologia, História Econômica, Sociologia, etc.). O pesquisador deve, portanto, capacitar-se para combinar o poder explicatório de diversas disciplinas e levar o bom cabo o resultado de sua problematização e de suas hipóteses. O desejo de cada investigador é que seu trabalho específico contribua com algo de valor explicativo para o fundo comum de teoria construída para a área temática (ou metodológica). Portanto, não pode descurar do valor analítico de sua observação e da construção com cuidado da síntese que daí tem que resultar. Só esta abordagem relativa, presa ao material obtido e processado, permite seja uma realimentação da teoria, seja dado nível de reformulação teórica das explicações anteriores.

O pesquisador deve se esforçar por atribuir um processo de análise à sua oferta intuitiva, procurando dar estrutura formal às suas “suspeitas” e “interrogações”, para que as mesmas tenham tratamento metodológico junto com os demais obtidos por outros meios. A reflexão e o método serão os filhos deste esforço para o conhecimento. Em dado momento do andamento da pesquisa, com os dados de base já recolhidos, o investigador deve se perguntar para onde se encaminha este trabalho, quais os resultados parecem prováveis, que hipóteses anteriormente formuladas tendem a se confirmar. Este momento permite ao pesquisador, antes da elaboração do relatório final, imaginar o que obteve como centro de seu trabalho de pesquisa. Se é o que buscava, ou se trata de uma surpresa. Deve, pois, projetar mentalmente o zênite a que sua com-

preensão poderá chegar, e ter uma certa previsão do lugar da obra que está a elaborar. De um certo viés, o objetivo com a materialização de uma pesquisa é decifrar o tema diante de uma leitura do desempenho estrutural que se pôde prever. Este quadro pode produzir certos degraus de conhecimento que venham a ser utilizado pela escolha da via explicativa de outras pesquisas. A pesquisa pode tratar de fatos que de todo já se encontrem no passado, ou parte dele no presente, ou ainda que parte se estenda para o futuro. Nos últimos dois aspectos, pedem-se explicações que podem ser orientadoras de práticas que aí estão se dando, ou continuarão a se dar. Nesse caso, a explicação que nos sugere resultado da pesquisa é de importância política atual. Chega-se assim a resultado que interfere no encaminhamento atual daquilo que, de certa forma, expressa o que foi problematizado.

É conhecido o ditado... “se você for bater a cabeça na parede é melhor fazê-lo no espaço aberto pela porta.” A preparação eficiente de cada fase da pesquisa nos fala da astúcia desse ditado. Tomando as providências adequadas, pode-se evitar o pior. No que se refere à nossa tríade de área de pesquisa, a história da África reservou poucos documentos para a posteridade, mas as culturas afro-americanas nos deixaram com menos ainda. Caso estas disciplinas houvessem sido estabelecidas há cem ou duzentos atrás, haveria uma documentação sedimentada, da qual nada ou pouco hoje logramos dispor. Ainda assim, estamos deixando ir-se uma geração que teria muito para informar, infelizmente sem ouvi-la. Uma pessoa que nasceu 53 anos após a Abolição, teve ainda a oportunidade de conversar com pessoas que haviam sido escravas, o que lhes dá uma percepção do ambiente mental dos anos pré-1888. No entanto, se tivéssemos depoimentos gravados sobre aquela época por aqueles que a viveram, nossa base de entendimento – e consequentemente de problematização – seria muito maior. Mas o problema não é apenas esse. Pelo estado absolutamente precário das condições brasileiras de pesquisa da tríade de nossa área, está-se a perder a informação básica não só do pré e do pós-1888, como das fases posteriores da vida protagonizada pelos negros. Podemos responder a perguntas fonte de problematização como:

. Como os negros viram a desfavelização do centro do Rio de Janeiro pelo governo Lacerda e o governo da ditadura de 1964?

- . Como os negros vivenciaram a luta pela unidade sindical no período da República de 1946 (1946-1964)?
- . Como se deu para os negros a transformação de sua ideologia social como resultado das pressões sociais e políticas da ditadura de 1964?

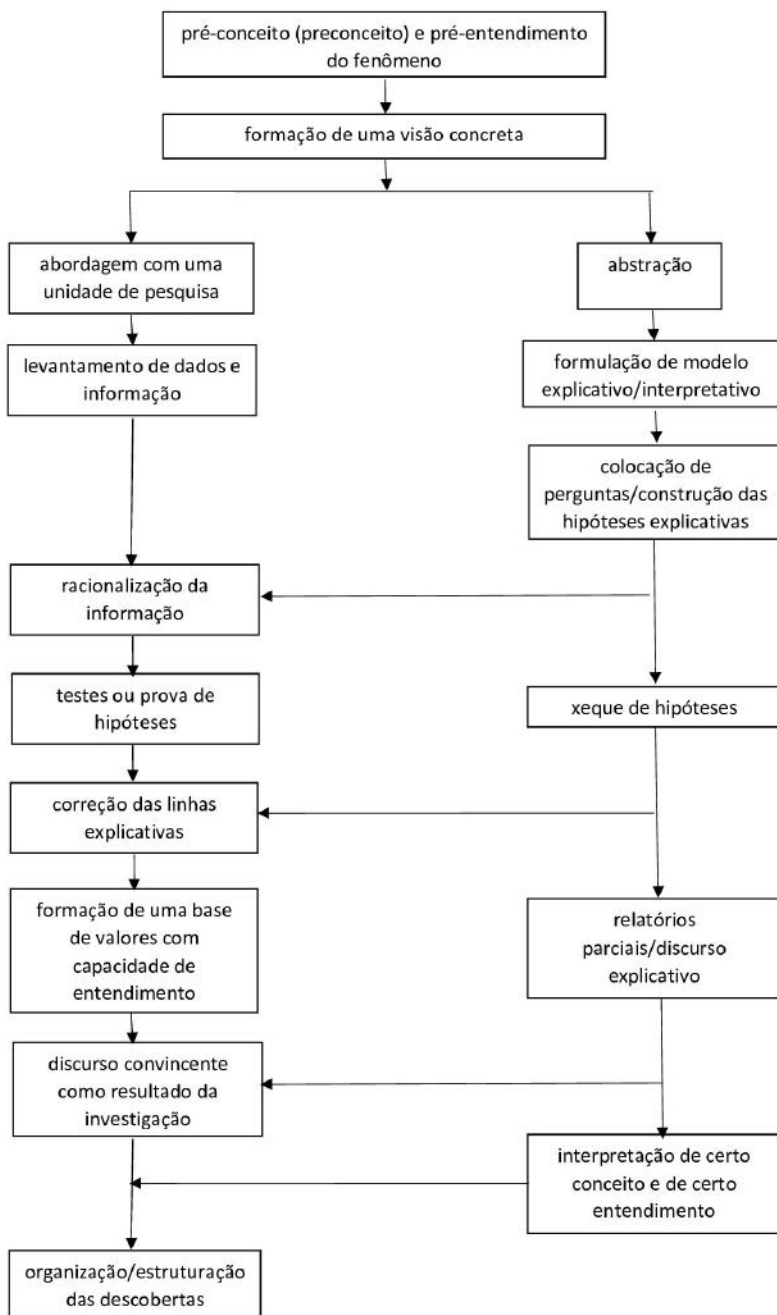
Todas as questões que são importantes para a pesquisa vão requerer a presença de um acervo de depoimentos de experiências pessoais (como o arquivo de Fundação Getúlio Vargas) dos negros ainda vivos, e que experimentaram tais vivências. No entanto, este acervo não existe nem como arquivo criado, nem como intenção dos órgãos de pesquisa ou de autoridades públicas. Chamar a atenção sobre este ponto indica o estado de indigência da pesquisa social no país e o completo desinteresse para formar um patrimônio de entendimento macro sobre a realidade social brasileira. Este desinteresse da esfera pública coloca o pesquisador em situação mais difícil do que aquela necessidade de apetrechar-se metodologicamente. Isto porque, em breve, esse investigador tratará de matérias desprovidas de conhecimento fático possível. E sabe-se muito bem que o “nada” é um tema de filosofia pura, mas não um tema de ciência social aplicada. Sem dúvida, os métodos qualitativos ajudam a golpear no vazio da porta aberta com a cabeça, mais ainda para eles será necessário que haja parede, cabeça, e vão de porta.

Os métodos qualitativos de pesquisa são basicamente os cinco de sempre: (a) observação direta; (b) observação participativa; (c) entrevistas com informantes; (d) entrevistas por correspondência; (e) análise das fontes possíveis (ou construção de base de dados). Há numerosos textos, alguns clássicos, que ensinam ao pesquisador iniciante como trabalhar com cada um deles. Aqui se aplica um outro ditado célebre sobre o uso da cabeça contra a parede: “se vai bater com a cabeça na parede, é bom aparecer em seguida do outro lado do vão da porta.” Ou seja, os métodos têm que ser utilizados de tal maneira que não deem apenas trabalho ao investigador, mas que permitam-lhe superar o obstáculo, mantendo-se aparentemente inteiro. Imaginar os vários aspectos do objeto e traçar as linhas de sua problematização devem facultar ao investigador avançar no entendimento daquilo que é perquirido. Deve estabelecer, pois, um roteiro que aponte como abordar as dificuldades previsíveis, e caminhar por ele, obedecendo um cronograma. Deve-se considerar:

- onde se encontram as fontes de informação e como acessá-las; uma hierarquia de sua distribuição deve ser maximizada, isto é, destacar-se a informação essencial da não-essencial e dar prioridade àquilo que é essencial. Deve-se ler a fonte ou falar – cara a cara – com a fonte de informação; usar apenas dados de segunda e terceira mão é o caminho do desastre. Todas as situações equívocas em torno da fonte devem ser ultrapassadas e controladas (cuidado com o “ouvir dizer”...). É importante vivenciar o ambiente social dos fatos arrolados, ou dos informantes-chave. Compreender o ambiente social em que se deram os fatos avaliados é meio indispensável. Mesmo os fatos correlacionados mais comezinhos devem ser esquadrinhados e devidamente equacionados.
- Preocupar-se com descrição minuciosa e tão verdadeira quanto possível das informações e dados que foram obtidos; produzir esquemas, organogramas e vida de relações dos elementos constituintes da informação recebida e submetê-los ao devido registro e inquirição. Não deixar “pontas soltas”. Elaborar relatórios parciais onde se xecam o obtido com as opiniões objetivas do pesquisador.
- Instituições, pessoas e atividades devem ser descritas de acordo com a lógica específica do que é estudado; uma interpretação paralela do investigador pode ser elaborada, mas deve substituir o valor primário e hegemônico da descrição resultante da informação obtida. O investigado deve ser tornado compreensível de acordo com sua própria lógica e os comentários do investigador podem ser acrescidos como um papel explícito de linha auxiliar (da explicação).
- Sempre que for possível, reproduzir a informação obtida (por escrito, entre aspas, etc.) para depois interpretar os seus possíveis sentidos, face à lógica do processo estudado.
- Inventar um método ou processo para “arqueologizar” restos informativos obtidos e intentar estabelecer de modo explícito o que lhe parece haver sido a lógica do mesmo; interrogar devidamente as fontes, particularmente quando seus interesses divergirem daqueles do que é pesquisado.

Não se esqueça de que o trabalho não é feito para destruir o pesquisador, mas para qualificá-lo.

Em seguida apresento um roteiro de famoso “círculo cognitivo” da investigação qualitativa, porém, sob forma linear:



No resultado do processo de pesquisa qualitativa supõe-se que, graças às qualidades do método aplicado, seja possível sair com uma interpretação melhor dos fatos estudados do que aquela compreensão com que se havia iniciado a abordagem. Este resultado nos facultará alguma contribuição para ampliar a base teórica, ou acrescentar-lhe algumas percepções antes não-existentes. Deve-se haver obtido:

- . uma melhor apresentação/formulação do problema tratado;
- . uma mobilização dos atores envolvidos na teorização do problema que modifica a realidade anterior;
- . uma “retomada de consciência” de quem se envolve com o “problema problematizado” e redefinido;
- . uma dada modificação na prática social dos interessados.

Se o método é o caminho escolhido para observar a realidade ou uma parte de fatos escolhida que julgamos a ela pertencer, é evidente que as fontes de informação sejam elemento essencial para sua escolha. Quando estudamos a História da África, ou a formação do Movimento da Negritude na Diáspora e/ou abordamos necessariamente as culturas negro-africanas no continente americano, salta à vista que as fontes de informação que podem responder nossa pauta de perguntas são escassas, fugidiças e prestam-se tão somente a uma abordagem, de primeiro, apenas qualitativa. Existem fontes exteriores às comunidades que viveram a história dos três processos referidos. Quanto mais se recua no tempo, mais se deve recorrer a explicações generalistas para abordar o negro e a Diáspora. Exemplifiquemos. Correntemente, se trabalha com a periodização por séculos para abordar a história social do Brasil:

SÉCULOS	PERÍODO
I	1551-1650
II	1651-1750
III	1751-1850
IV	1851-1950
V	1951-2050

Estes cinco séculos cobrem o fundamental da presença do negro no Brasil e em toda a América. Vê-se que as fontes de informação são predominantemente exteriores ao sujeito a ser explicado e, quanto mais longe o século, mais generalista tem que ser a informação. Pode-se ter mais recursos para a interpretação da história e da sociologia do negro no século (V) do que no século (IV), e assim sucessivamente. Na fase (V), pode-se usar métodos de história oral, técnicas de entrevistas, produção de documentos testemunhais, etc., para o estudo dos três objetos (História da África – Negritude – Culturas Afro-americanas, entre as quais Afro-Brasileiras). No entanto, é escassa a documentação vinda de dentro do sujeito desses três objetos de pesquisa, no que se refere ao século (IV) ou outras fases precedentes.

Uma vez que os métodos de pesquisa, qualitativos tem por objetivo a compreensão do objeto de pesquisa, serão eles que predominarão sempre no processo de abordagem dos três objetos referidos. Para os métodos qualitativos, a proximidade da fonte de informação é o elemento decisivo. É ela que permitirá obter o grau possível de formalização dos resultados da abordagem e, portanto, desde aí, construir certa totalidade dos fenômenos tratados, fortalecendo a coerência que se pode obter de seus lados mais fracos.

Quando faltam as fontes tradicionais para a abordagem (material escrito, restos materiais de cultura, etc.), as pessoas se tornam a principal fonte de informação. Essa informação produz apenas uma linha explicativa, faltando outras onde tais informações poderiam ser cruzadas. Darei dois exemplos, no que se refere à História da África. Povos que lutaram entre si por séculos, que valor tem a declaração exclusiva de um em relação ao outro? Que podem os fantis declarar de objetivo quanto aos ashantis, e vice-versa? Que podem objetivamente os haussás informar dos peúles e vice-versa? O passado dos povos africanos se refaz sem cessar para justificar objetivos atuais (seria mais correto dizer futuros) num falseamento quase sem fim. Muitos povos que tinham versões de sua formação documentada há 100 ou 200 anos atrás, contam hoje versões completamente diferentes do mesmo, certamente para satisfazer a dominações atuais. Isso põe uma parte das dificuldades que encontra o cientista social para “reconstruir” o que efetivamente se teria dado.

O mesmo se dá quando se examina, por exemplo, a cultura negra do Brasil. Certamente, falar “cultura afro-brasileira” não é o mesmo que falar “cultura negra do Brasil.” A reconstrução no Brasil da cultura africana não produziu uma cultura africana que existisse na África, mas uma nova cultura que não era apenas africana, mas que incluía (e inclui) os indígenas escravizados no Brasil pelo colonialismo. A “reinvenção” de africanidade na América (e no Brasil) não

exclui o indígena (como se vê do movimento quilombola) e da “Linha dos Caboclos” no plano religioso. Dois elementos contribuem para o entendimento do fato, (1) Os negros africanos não tinham a propriedade privada da terra, reconhecendo seus movimentos migratórios a prioridade dos que já aí encontrara; por essa razão, tais movimentos não visavam destruir aqueles que lhes antecederam, mas propunha no longo prazo – quase sempre – a fusão das etnias diferentes pelo casamento, compromissos, etc. (2) Portanto, as comunidades de adoção já existiam na África e daí que hajam se desenvolvido na América (Brasil), com parentescos reais e fictícios que incluíam os indígenas (habitantes aqui encontrados).

Por outro lado, de maneira similar ao que se passou em África, a predominância da tradição oral entre os negros brasileiros os leva a refazer a explicação de si mesmos ao longo do tempo, de acordo com suas atuais necessidades políticas de sobrevivência e de prestígio social. Sabe-se que a imigração forçada africana para o Brasil não foi de modo algum homogênea, mas numérica e etnicamente sempre descontinuada. Assim, ao longo de cada século da colonização (até 1900), entraram no Brasil diferentes camadas de africanos, com diferentes culturas e práticas na África. Cada camada desse movimento escravizador produziu no Brasil uma imagem diferente no caleidoscópio de africanidade. Seguramente a maioria dos negros trazidos ao Brasil vieram de entre os paralelos latitudinais de 2° a 5°N da costa ocidental da África (pois eram os mais “baratos” para os escravistas), mas tal fato não implica qualquer tendência a fornecimentos perenes. Daí que houve várias “africanizações” e africanidades resultantes no trabalho escravo brasileiro, o que significa sucessivos “soterramentos” de narrativas tentativas de reconstrução africana no além-mar daqui. Da mesma maneira que na África, foram, portanto, reinventadas as narrativas da personalidade afro. Isto tem suas consequências. Darei um exemplo da cultura negra brasileira. Nos anos (19)80, frequentava eu diversos círculos de capoeira em São Paulo (eram à época cerca de dois mil!). Numa dessas visitas, vi um mestre responder à indagação de um seu aluno sobre a canção Paraná-ê, à época muito tocada em academias de capoeira. O mestre explicou que a canção havia sido composta nos anos (19)70 para um mestre de capoeira, assassinado de modo covarde, no Paraná, e que por isso, tal mestre e a canção eram conhecidos como “Paraná”. Ouvi a explicação e me calei. Eu havia aprendido em 1957, noutra roda de capoeira, que a canção se referia à “canhoneira Paraná”, que na primeira guerra mundial, tinha uma roda de capoeira, que fez a canção em sua homenagem. Qual dos dois “fatos” seria correto? Na verdade, na Marinha de Guerra nunca houve também registrada uma “canhoneira Para-

ná”, mas sim dois vapores com esse nome e dois contra-torpedeiros (CT). É possível que a roda de capoeira pertencesse a um desse quatro barcos. Mas a versão do mestre paranaense? Seria totalmente falsa? Qual será a versão daqui há 50 anos?

O que nos ensina este exemplo para abordagem qualitativa? No processo de pesquisa deve sempre haver um espaço para encontrar a “verdade”, que supomos esteja no fundo de um emaranhado (sargaços...) de estórias, de espantos, de afirmações, mitos, etc. No entanto, não se deve descartar as “falsas narrativas”, porque não se sabe quais as verdades que a mesma contém. No caso de “Paraná-ê”, estava eu mais escolado para fechar minha boca e apenas ouvir. Recordo-me de uma discussão em Paris em que desperdicei minha tarde conversando com um senegalês que me havia explicado haver seu povo emigrado de Meca, por ordem de Maomé, para difundir o islamismo na costa ocidental da África. Eu contrariamente ousei insistir que quando Maomé escreveu o Corão, os senegaleses de vários tipos já estavam no Senegal... Uma cultura, quando é oprimida ou proibida, tende a se reproduzir de maneira minimalista e, na impossibilidade de manter e expandir suas “verdades”; ela irá se reconstituir por uma sucessão de “pequenas” vitórias, mitos, utopias e fantasias que, de fato, espelham o seu conteúdo mais profundo. O profundo caldeamento dos povos da África, em uma história verificável de seis mil anos, plasmou as mais diversas ideias, de que resultam as dinâmicas profundas das culturas negras (ou afro culturas, se preferir...) do chamado Novo Mundo.

Cabe ao pesquisador social, antes que tudo, deixar falar cada uma dessas culturas porque, aprisionadas no silêncio de alguma dominação (externa), ela tem se verificado muda.

Quando escasseiam os recursos objetivos para o estabelecimento de uma cultura e seu lugar, cada depoimento deve ser aproveitado e inserido como parte do enorme quebra-cabeças que é a retratação da imagem da cultura perdida ou soterrada. A sucessão de vozes que podem ser trazidas pelos processos do qualitativismo constituem-se a formação cifrada de um todo conjunto de fontes (agora gravadas, escritas, etc.), onde os “maneirismos” e “cacoe-tes” do outro têm uma oportunidade de vir à tona e se constituírem peças que podem ser submetidas à análise, para obter a percepção de uma totalidade. Como dizia André Marchal, esta é a forma de constituir um instrumento de análise que expresse a dinâmica para onde se move a cultura, porque “sua estrutura está sempre no futuro”.

O que se passa no “agora” de um depoente (consciente disso ou não), quando ele vê-se a formular sua própria cultura, ou a parte de sua cultura ne-

gada que ele trabalha e traz à vida? É evidente que a primeira narração de todos os narradores é essencial, particularmente quando não lograram subsistir os elementos institucionais em que aquela culturalidade obtinha sua máxima expressão. Isso implica reconhecer que o narrador, ao narrar (como ao atuar de outra forma), lança sua narrativa para o futuro e nela põe uma estrutura que deseja que se reproduza no futuro.

Durante certo período do século XX (1920-1980), houve grande valorização do papel do negro africano ou de origem africana nas artes e na cultura ocidental, certamente influenciada pela pintura e escultura contemporâneas, que tomaram formas africanas, pela música popular do Caribe e dos EUA (também do Brasil), etc. Esta valorização foi impulsionada pela difusão cultural urbana, as tendências ao cosmopolitismo, o recuo das visões nacionalistas, etc. No entanto, pode-se observar que não houve um aprofundamento sério quanto à natureza da cultura africana e das culturas suas descendentes, nem da história da África nos dois lados do Atlântico. Isso de certa forma reflete a resistência dos centros dominadores da cultura ocidental para ceder espaço e recursos financeiros em montante capaz de decifrar esta esfinge tanto temida que ainda se quer manter na sombra. A única exceção foi a publicação pela UNESCO da coleção de História da África. A curiosidade pelas culturas negras tem-se revelado mais turística e de consumo leve (de objetos de arte, música, etc.) do que o reconhecimento de um parceiro que seja talvez demasiado formador das “culturas ocidentais” (uma análise das culturas mediterrâneas já deixa muita gente inquieta...).

No entanto, o campo de reflexão está aberto. Basta ver o quanto o núcleo da religião cristã é africano (egípcio, na verdade), para se compreender que o “filho pródigo” um dia terá que reconhecer a casa de seu pai. Antes que os debates atinjam tal profundidade, há importante fato de admitir-se que descendentes de africanos sejam seres humanos ou cidadãos, e que, desde aí, tenham direito de conhecer algo de sua cultura, e que talvez haja alguma cultura que não seja propriamente europeia.

A apresentação “errada” das diferenças culturais é uma necessidade do opressor e causa estragos terríveis na unidade nacional, pelo impacto de despersonalização do outro. Só como exemplo, que os indígenas do Brasil (“negros da terra”) não tinham entre suas instituições a propriedade privada, apenas valores de uso. Quanto aos africanos, incluindo não-negros (!), tampouco reconheciam o caráter privado dos meios de produção, sendo no máximo (culturas associadas com o arabismo) reconhecedores da propriedade social comunitária (“nosso” território, “nosso rio, etc). O colonialismo não só introduziu a pro-

priedade privada dos meios de produção e dos bens em geral na África (por exemplo, gado criado solto...) como ainda deu-se ao luxo de criticar o escravizado na América pela falta de “espírito de poupança” e outras gracinhas dos exploradores. Essa questão nunca teve uma discussão CULTURAL(!) honesta... Por que os brasileiros pobres, recebedores de míseros salários que não dão para sustentar uma família, devem aprender a poupar para “constituir um patrimônio”? Trata-se de piada de mau gosto... Na África, o chefe da aldeia era o responsável pela organização do provimento de todos. Isso é que explica o formidável sistema de abastecimento do Egito dos faraós ou dos reis núbios. A massa do povo brasileiro apenas estranha que seus “chefes” (o Estado como entidade política), diante dos baixos salários, do desemprego e da miséria, não tomem medidas para corrigir tais defeitos (carência de habitação, saúde, esgoto, educação, etc.). No entanto, os seus “senhores”, apenas enchem os próprios bolsos e vão gastar no “Primeiro Mundo”... Estas questões nunca são discutidas como resultado de visões-de-mundo opostas, mas sim, numa dialética do sabido x o burro... Enquanto isso, os assassinatos remontam a 62 mil por ano...

É evidente que é necessário o conhecimento histórico de culturas específicas e ter-se alguma perspectiva teórica para abordar com oportunidade de êxito temas da história ou da sociologia cultural e saber “espremer o limão” de um punhado de depoimentos de personagens que viveram uma certa cultura, dentro de outra que lhe é oposta, e que sequer sabem que existe esta dualidade ou diferença. E que são vítimas desta imposição cultural que lhes foi imposta como “vida”. Às vezes, ao dar o seu depoimento, o sujeito encontra-se em dificuldade para apresentar sua experiência à luz do seu entendimento e já faz uma “autocrítica” descabida que nada mais é que o racismo alheio introjetado. O investigador nesse caso é, portanto, um “ledor cultural”, isto é, ele deve estar armado, pelo estudo prévio, dos erros que se acotovelam à espera de ser cometidos por um pesquisador inexperiente. No estudo de relações culturais que impliquem processos de dominação, que impliquem opressão, imiseriação, sofrimento do próximo, etc, não há porque se fazer de tolo e não “saber” ou “reconhecer” o caráter estrutural dos problemas que se vai estudar. Fora da circunstância individual, “circunstancial”, de vida, etc., há uma situação estrutural que comanda toda a situação e que deve ser encontrada, compreendida e analisada pelo investigador, como o meio em que flutuam os depoimentos ou os saberes trazidos pelos personagens do drama.

O investigador deve estar habilitado (ou habilitar-se) a reconhecer a natureza da estrutura em presença, e estabelecer o quadro de referências com a listagem das sentenças que capturam dita estrutura. Deve – nesse processo de

identificação – refletir também sobre suas opiniões quanto aos elementos daquela estrutura e de como guardar-se ao longo da pesquisa de ser enganado por ela. Em certa medida, cabe a tarefa ao investigador de “libertar” os personagens que constroem seu tema, de seus próprios equívocos, lançando sobre os mesmos a luz do entendimento teórico e o impacto do uso da metodologia adequada. Os elementos de racionalidade que permitem esclarecer o tema devem vaziar com naturalidade pelos dutos científicos que o pesquisador logrou construir ao longo do processo, para trazer-lhe a explicação.

Referências

- BARBOSA, W. do N. **A História Econômica como Disciplina Independente**. DH – FFLCH, USP, SP, 1989.
- BIDDLE, B. H.; THOMAS, J. - (Orgs.) **Role Theory: Concepts and Research**. J. Wiley e Sons, 1966.
- BURNS, A. F; MITCHELL, W. Cr. **Measuring Business Cycles**. New York, New York: National Bureau of Economic Research, 1946.
- FREYER, H. **Teoria da Época Atual** – RJ, Zahar, 1966.
- GALTUNG, J. **Teoria Y Métodos de la Investigación Social**. Eudeba, Buenos Aires, 1969.
- HABERMAS, J. **Zur Logik der Sozialwissenschaften** (Suhrkamp, 1970).
- HOLTER, H. “Data, tolkning og sosiologisk forskning” *In*: I: Holter, H. & Kalleberg, R.: **Kvalitative metoder i samfunnsforskning**, Universitetsforlaget, Oslo, 1982.
- _____.; Kalleberg, R.: **Kvalitative metoder i samfunnsforskning**. Universitetsforlaget, Oslo, 1982.
- HOUSE, E. **Evaluating with Validity** (Sage, London, 1980).
- HØIVIK, T. **Mål og metode** (Universitetsforlaget, Oslo, 1974).
- JAPIASSU, H. F. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. - S.P. Francisco Alves, 1975.
- JICK, T.D.: **Mixing Qualitative and Quantitative Methods** (Triangulation in Action, in Administrative Quarterly, Cornell University Press. 24, 1979).

- KNUTSEN, O.: "Om bruk av kvantitative metoder innenfor politisk adferd – muligheter og begrensninger", **Statsvitenskapelig Forum**, nr 1-2, Institutt for Statsvitenskap, Oslo, 1980).
- KRARUP, K. "Subjekt-subjektsforholdet som socialpsykologisk reduktionisme" (I: Broch, T. et. al.: **Kvalitative metoder i dansk samfunnsforskning**, Institutt for organisations-og arbeidssociologi, Köpenhamn, 1979).
- KVALE, S. "Det kvalitative forskningsintervju – ansatser till em fenomenologisk-hermeutisk forståelseform" (I.Broch, T. et. al.: **Kvalitative metoder i dansk samfunnsforskning**, Institutt for organisations – or arbeidssociologi, Knöpenhamn, 1979).
- KUHN, T. **The Structure of Scientific Revolutions**, University of Chicago Press, Chicago, 1970.
- LAVE, G.A.; March, J.G. **An Introduction of Models in the Social Sciences**. Harper and Row, New York, 1975.
- MARCUSE, H. **Eros e Civilização** – Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud. RJ, Zahar, 1968.
- SOLVANG, B.K.: **Innföring i organisasjonsanalyse**. Universitetsforlaget, Oslo, 1976.
- STOCKMAN, N. **Antipositivism Theories of the Sciences** (D. Reidel Publishing Co, Dordrecht, 1983).
- TORSTENDAL, R.: **Introduktion till historieforskningen. Historia som vetenskap** (Natur och Kultur, Stockholm, 1966).
- VON LINSTON, H.; Rasmussen, H.: **En presentation af det igangværende arbejde med udviklingen af SAK: et EDB-baseret system til administration af kvalitative data**. Institutt for organisations – og arbeidssociologi, Köpenhamn, 1982.